

J

ANC 88
 Pasta 26 a 31
 março/87
 019

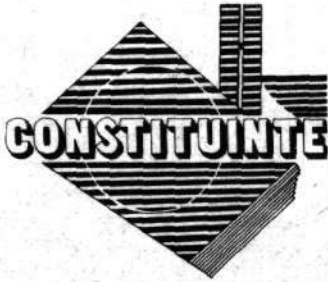
Constituintes já estarão na TV semana que vem

Começa na próxima semana a série de programas sobre a Assembleia Nacional Constituinte, que serão retransmitidos obrigatoriamente por todas as emissoras de rádio e televisão do país. A Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados (Adirp)

está acertando os últimos detalhes para a gravação dos primeiros blocos de notícias. Mas, até ontem, o diretor da Adirp, Alfredo Obliziner, não tinha certeza quanto à data exata da estréia. "Provavelmente, será no dia 1º de abril", comentou.

A elaboração dos programas está a cargo da Adirp, em conjunto com a Radiobrás e a Empresa Brasileira de Notícias (EBN). A Radiobrás se responsabilizará pelo blocos de notícias para a televisão e a EBN pelos programas para as rádios. Para facilitar os trabalhos, as empresas já estão equipando as duas salas que conseguiram no anexo III da Câmara.

A impossibilidade de dar espaço a todos os 559 constituintes nos programas fez com que a idéia inicial de colocar no vídeo o parlamentar falando, discursando ou debatendo fosse descartada. Conforme informou Alfredo Obliziner, optou-se, então, pela seguinte tática: o constituinte a-



parecerá no vídeo, com uma legenda indicando o seu nome e partido a que pertence, sendo que a voz de um locutor transmitirá, resumidamente, a sua proposta. Nas emissoras de televisão, os programas, de cinco minutos, poderão ir ao ar entre 12 e 14 horas, e

no período das 19 às 23 horas. Os blocos de notícias apresentados à tarde abordarão as atividades das comissões da Constituinte, que se reunirão pela manhã e o espaço noturno será aproveitado para a divulgação dos trabalhos em plenário. O nome para os programas televisivos ainda não foi escolhido, mas pode ser "A Constituinte na Televisão".

As emissoras de rádio terão que apresentar os programas entre as 7h e as 9h da manhã e entre as 12h e as 14h. Além disso, meia hora da "Voz do Brasil" (apresentado à noite) será reservada para a Constituinte. O nome dos programas de rádio já está definido: "A Voz da Constituinte". No espaço noturno, o programa divulgará os trabalhos do plenário, e pela manhã será praticamente uma repetição do dia anterior. No horário da tarde, as rádios, a exemplo das televisões, apresentarão as atividades das comissões.

Josemar Gonçalves



Mulheres tomaram conta da Mesa, mas Ulysses não cedeu seu lugar

Mulher reforça seu lobby com a "Carta"

A entrega solene da "Carta das Mulheres aos Constituintes" (documento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) ontem, no Salão Verde do Congresso Nacional, constituiu-se num dos mais bem articulados lobies desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Após a entrega simbólica do documento ao presidente Ulysses Guimarães, pela sufragista de 1934, Carmem Portinho, hoje com 86 anos, cerca de 300 mulheres de vários estados do País ocuparam as galerias da Câmara para ouvir o pronunciamento de 12 parlamentares da bancada de 25 mulheres constituintes.

O presidente em exercício da Mesa, deputado Arnaldo Faria de Sá, (PTB-SP) chamou as deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE), Benedita da Silva (PT-RJ), Moema São Thiago (PDT-CE), Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), Myriam Portella (PDS-PI), Abigail Feitosa (PMDB-BA) e Raquel Capiberibe (PMDB-AP) para compor a Mesa.

O deputado Ulysses Guimarães, que tomou o seu lugar na presidência quando discursava a deputada Cristina Tavares, encerrou o ato pedindo que os constituintes aplaudissem de pé a presença das mulheres na Casa: "Desejo registrar, como presidente da

Assembleia Nacional Constituinte, esse momento de grande importância para a Casa (...). A melhor maneira de demonstrar a importância desse ato é pedir aos Constituintes que fiquem de pé e aplaudam as mulheres".

Carmem Portinho, feminista histórica que lutou pelo direito do voto feminino em 1932, disse que assistia a uma mobilização inédita na história das mulheres no País: "O movimento feminista andou muito vagarosamente, desde a concessão do direito de voto para a mulher, em consequência de nossa falta de organização. Ainda hoje o nosso Código Civil é atrasado e reacionário. Mas, diante da mobilização a que assisto, acredito que as coisas caminharão muito rapidamente daqui para a frente".

Jacqueline Pitanguy presidente do CNDM, disse que o ato trouxe ebulição e por isso foi importante, marcou presença. Já a deputada estadual Jandira Feghali (PC do B-RJ) considerou o movimento como uma lição a ser seguida.

O documento do CNDM contém quatro princípios gerais e 64 reivindicações específicas, entre elas propostas polêmicas como o 9º tópico do capítulo Saúde, que dá à mulher o direito ao aborto ou os tópicos 5º e 9º, do capítulo Violência; que manda retirar da lei as expressões "mulher honesta" e "crime de adultério".